

EDITORIAL

A linha editorial que ora se inaugura reflete o compromisso da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU com a valorização da produção e da difusão do conhecimento e do pensamento crítico que possam refletir no progresso de toda a sociedade.

Nessa senda, a publicação da primeira edição da *Revista da Escola Superior do Ministério Público da União – RESMPU* torna disponíveis ao público matérias de interesse jurídico amplo e que se caracterizam pela inovação e relevância para o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro e da comunidade científica.

Esta edição é composta de duas seções: uma de entrevista, com o presidente do Conselho Editorial da RESMPU, Carlos Vinícius Alves Ribeiro, e outra de artigos.

Os seis artigos publicados, em estrito cumprimento ao rigor exigido a publicações científicas, estão aptos, por assim dizer, a credenciar o periódico como referência nas temáticas a respeito das quais trata.

O artigo de Ana Rosa de Sá Barreto, intitulado “O impacto da LGPD no acesso à informação durante a pandemia de covid-19”, discorreu sobre o direito de acesso às informações públicas como uma das garantias constitucionais previstas no art. 5º da Constituição Federal, assegurando, a qualquer cidadão, o direito de solicitar informações ao Poder Público. A presente pesquisa aborda o tema do acesso à informação e a Proteção de Dados Pessoais, a partir da perspectiva teórico-metodológica, de modo a investigar se a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD foi utilizada como instrumento de cerceamento ao acesso à informação, de interesse público e coletivo, durante o período da pandemia de covid-19.

O segundo artigo, de João Gaspar Rodrigues, sob título “Indicadores de resolutividade no âmbito do Ministério Público”, partiu de metodologia analítica e buscou reunir reflexões sobre a necessidade de conjunto coeso de indicadores para aferir o nível de resolutividade das ações dos membros do Ministério Público com a finalidade de pavimentar, com justiça, a progressão funcional, como também motivar, por meio de indispensável reforço positivo, a adesão ao referido modelo de atuação.

Destaco também o artigo de Leonora de Luiz Lopes, intitulado “Multas tributárias na perspectiva do não confisco segundo o Supremo Tribunal Federal”, que apresenta pesquisa sobre o instituto das multas tributárias e analisa os parâmetros de fixação para não configuração de confisco, em observância ao art. 150, inciso IV, da Constituição Federal de 1988. O estudo adota o método dedutivo, mediante pesquisa bibliográfica e jurisprudencial sobre as penalidades pecuniárias tributárias, bem como elenca precedentes emanados do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

Por sua vez, os autores Mário Medeiros e Julio Cesar de Aguiar, no artigo “Análise comportamental do direito: exposição da teoria e um estudo de caso”, apresentam a teoria analítico-comportamental do direito, em que se relaciona o behaviorismo skinneriano à teoria dos sistemas sociais de Luhmann, proporcionando visão original dos fenômenos jurídicos, com grande alcance prático. A pesquisa é conformada para exame

de razões do fracasso de a Lei n. 10.792/2003 pôr fim ao exame criminológico realizado para instrução de pedidos de progressão de regime carcerário e obtenção de outros benefícios, como previsto na redação original do art. 112 da Lei de Execuções Penais. Ao fim, é possível apreciar a utilidade das ferramentas da análise comportamental para o entendimento do fenômeno jurídico em sua dinâmica, ou seja, como processo social.

Ao abordar tema da atualidade, Pedro de Castro Ruschel investigou em seu artigo “A aplicação da LGPD ao setor público no âmbito da persecução dos interesses públicos secundários” o regime especial dedicado às operações de tratamento de dados pessoais realizadas pelo Poder Público. Esse regime aloca a “persecução do interesse público” como condição necessária aos tratamentos de dados realizados pelo Estado. O estudo analisou se o aludido regime especial engloba as atividades-meio desenvolvidas pela Administração Pública na persecução dos interesses secundários, bem como algumas possíveis implicações advindas de tratamento de dados nessa atividade. O método consistiu em verificar a abrangência da aceção de “interesse público” no âmbito da LGPD por meio da análise dos conceitos doutrinários de “interesse público primário” e “interesse público secundário”.

O artigo de Rodrigo Silveira Xavier, intitulado “Análise de eficiência das unidades do Ministério Público do Trabalho na pandemia de covid-19”, trata da nova realidade imposta pela disseminação do vírus Sars-CoV-2 (covid-19) que afetou diretamente a economia global, trazendo impactos significativos às questões trabalhistas em vários países do mundo, inclusive no Brasil. O estudo analisa a eficiência relativa da atuação das unidades regionais do Ministério Público do Trabalho no âmbito dos procedimentos investigatórios referentes à pandemia de covid-19. Por meio de pesquisa quantitativa, foi realizada a compilação de dados alusivos ao período de 2020 e 2021, estudados por meio da técnica de análise envoltória de dados. Como resultado, foram construídas as fronteiras de produção e identificados os níveis de eficiência relativa das 24 procuradorias regionais da instituição, detalhando-se os alvos e as unidades referências a serem adotadas no processo de *benchmarking* interno. Com isso, o autor auxilia o direcionamento de esforços na atuação finalística do órgão, com o intuito de aperfeiçoar a resposta institucional a novas situações emergenciais que possam surgir.

Por fim, registro especiais agradecimentos às equipes editoriais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que se dispuseram a compartilhar conhecimentos importantíssimos para o gerenciamento do periódico, e à equipe editorial da RESMPU, cuja dedicação e denodo possibilitaram a concretização desse projeto acadêmico da ESMPU.

Espero que os trabalhos publicados na edição inaugural da *Revista da Escola Superior do Ministério Público da União* possam ser apreciados pelos leitores – razão de ser e de existir da nossa Revista!

Manoel Jorge e Silva Neto

EDITOR ADJUNTO

DIRETOR-GERAL ADJUNTO DA ESMPU